



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CAPA DO EDITAL (LEI 14.133/2021)**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968**

<b>Pregão Eletrônico nº PE90019/2026 SEI Nº 7004045-21.2026.8.08.0000</b>	<b>CIC TCEES Nº 2026.500J1200001.01.0018</b>	<b>Data de Abertura: 13/07/2026 às 14:00 no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b>
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações</b>		<b>Contatos:</b>
<b>Esclarecimentos e Impugnações:</b> Até dia 08/07. Os pedidos devem ser feitos pelo e-mail <a href="mailto:equipepregao@tjes.jus.br">equipepregao@tjes.jus.br</a>		(27) 3334-2720/2712 – <a href="mailto:equipepregao@tjes.jus.br">equipepregao@tjes.jus.br</a>
<b>Os Esclarecimentos /Impugnação e respostas/decisão serão disponibilizados no sítio do Portal Transparência do PJES (<a href="http://www.tjes.jus.br">www.tjes.jus.br</a> &gt; Portal da Transparência &gt; Licitações e Contratos &gt; Licitações)</b>		
<b>Objeto</b>		
O objeto consiste na aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência e no respectivo Estudo Técnico Preliminar, para atender ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES).		
CATMAT: 10218		
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Participação Exclusiva de ME e EPP? (Identifique)</b>	<b>Programa de Modernização do Poder Judiciário do Espírito Santo - PROMOJUES</b>
<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	Licitação financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
<b>Forma de Julgamento</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>	<b>Modo de Disputa</b>
Menor valor total do Item	Item	Aberto e Fechado
<b>Valor Total Estimado da Contratação</b>		
<b>R\$ 2.877.500,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).</b>		
<b>Habilitação</b>		
<b>REQUISITOS BÁSICOS DA HABILITAÇÃO:</b>		
1) <b>Registro Comercial</b> , no caso de empresa individual.		
2) <b>Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social</b> em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.		
3) <b>Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).</b>		
4) <b>Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União</b> , expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social.		
5) <b>Prova de Regularidade para com a Fazenda do Estado</b> em que for sediada a licitante;		
6) <b>Prova de Regularidade para com a Fazenda do Município</b> em que for sediada a licitante;		
7) <b>Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)</b> , com validade na data de realização da licitação.		
8) <b>Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho</b> , mediante a apresentação de certidão negativa – CNDT.		



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**9) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura da licitação, se outro não estiver nela fixado.

**10) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei.**

**10.1)** O Balanço Patrimonial do ano imediatamente anterior à licitação, será exigido a partir do dia 01 de junho do corrente ano.

**10.2)** O Balanço das sociedades por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial.

**10.3)** As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, registrado na Junta Comercial.

**10.3.1) A apresentação do balanço registrado na Junta Comercial poderá ser substituída por recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.**

**10.4)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**10.5)** Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os índices de Liquidez Geral, de Solvência Geral e de Liquidez Corrente iguais ou maiores que 01 (um).

**10.6)** O licitante que apresentar qualquer dos índices menores do que 01 (um) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% do valor estimado para a contratação.

**Obs1:** Será verificada a Prova de Regularidade com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para empresas sediadas fora do Estado;

**Obs2:** Recomendamos que todos os documentos básicos acima estejam atualizados no SICAF na data da abertura da sessão pública.

**REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:**

**1)** No que se refere às exigências de habilitação, estas observarão estritamente os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e terão por finalidade comprovar que o licitante possui capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatíveis com o objeto da contratação, assegurando a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

**2)** A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação da documentação exigida na legislação vigente, incluindo prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, regularidade relativa ao FGTS e à Justiça do Trabalho, bem como demais documentos exigidos constitucional e legalmente.

**2.1. A empresa responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo deverá comprovar que possui, em seu ato constitutivo (Contrato Social ou Estatuto), atividade econômica compatível com o objeto da contratação, compreendendo, por exemplo, a fabricação, modificação, adaptação ou transformação de automóveis, caminhões, ônibus, cabines, carrocerias, etc.** A exigência deverá ser atendida:

I – pela própria licitante, quando esta for responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo; ou

II – pela empresa indicada pela licitante como responsável pela execução dessas atividades, na hipótese de subcontratação.

**3)** A qualificação econômico-financeira será aferida mediante apresentação de documentos que comprovem a boa situação financeira da empresa, tais como balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, além de outros indicadores que venham a ser previstos no edital, considerando o vulto e a complexidade do objeto, de modo a mitigar riscos de inexecução contratual por incapacidade financeira da futura contratada, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais.

**4)** A qualificação técnica deverá demonstrar a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, nos termos



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, será exigida:

a) a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s), comprovando que a empresa já forneceu bem similar ao objeto desta contratação, com características técnicas equivalentes ou superiores. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, e a Administração poderá solicitar documentos complementares para verificar sua autenticidade e legitimidade.

a.1) Para fins de aferição da similaridade, considerar-se-á o fornecimento e/ou a adaptação/transformação de veículo automotor de grande porte (ônibus ou caminhão) em unidade móvel de atendimento, saúde, monitoramento, escritório itinerante ou finalidade equivalente, que contemple instalação de sistemas elétricos, de climatização, adequação de layout interno etc;

b) A empresa responsável pela fabricação das adaptações e pela transformação do veículo em unidade móvel deverá possuir registro ativo no Cadastro Técnico Federal – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos das Instruções Normativas Ibama nº 13/2021 e nº 12/2021 e suas alterações, ou outros normativos que vierem a substituí-las. A exigência deverá ser atendida:

I – pela própria licitante, quando esta for responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo; ou

II – pela empresa indicada pela licitante como responsável pela execução dessas atividades, na hipótese de subcontratação.

c) Declaração de que o veículo a ser fornecido atenderá às normas ambientais vigentes, em especial às resoluções do CONAMA e aos limites de emissões estabelecidos pelo PROCONVE, conforme modelo constante no Adendo II deste Edital.

d) Declaração da licitante de que examinou o termo de referência em sua integralidade, incluindo todos os documentos que o compõem, planilhas e as especificações, de que conhece todos os aspectos peculiares ao fornecimento dos bens, de que efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de todo o fornecimento, bem como formulou uma estimativa correta das peculiaridades locais que possam influir no cumprimento contratual, de maneira que qualquer eventual falha de sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades, conforme modelo constante no Adendo III deste Edital.

5) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**DECLARAÇÕES RELATIVAS À ELEGIBILIDADE E À ORIGEM**

1) A licitante deverá apresentar declaração específica (Adendo IV deste Edital), indicando o país de origem de seu capital, para fins de verificação de elegibilidade, em conformidade com as regras aplicáveis às contratações financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

2) A licitante deverá, ainda, no documento indicado no item 10.5.1 do Termo de Referência (Adendo IV deste Edital), declarar expressamente, o(s) país(es) onde serão realizadas as atividades de adaptação e transformação do veículo, para fins de verificação de conformidade com as regras de elegibilidade e de origem aplicáveis.

2.1). Na hipótese de participação de subcontratada para a execução das atividades de adaptação e transformação, a licitante deverá indicar, igualmente, o país de origem de seu capital, bem como o(s) país(es) em que as atividades de adaptação e transformação serão realizadas, assegurando que a empresa envolvida atenda aos requisitos de elegibilidade aplicáveis.

2.2). A Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive na fase de habilitação ou durante a execução contratual, solicitar documentação comprobatória das informações declaradas, tais como atos constitutivos,



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

composição societária, quadro de sócios e administradores ou outros documentos idôneos que permitam verificar a origem do capital da empresa.

2.3). A prestação de informações falsas ou a omissão de dados relevantes quanto à origem do capital ou ao local de execução das atividades poderá ensejar a desclassificação da proposta, a rescisão contratual e a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das demais consequências legais.

**DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

1) Quando admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, a habilitação poderá ser comprovada mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, em português do Brasil, devendo, para fins de assinatura do contrato, ser traduzidos por tradutor juramentado e devidamente apostilados ou consularizados, conforme a legislação aplicável.

2) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diverso daquele constante da proposta, salvo nos casos legalmente permitidos, observando-se as regras relativas à matriz e filial.

3) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5) As exigências de habilitação serão estabelecidas de forma objetiva e proporcional à complexidade do objeto, vedada a inclusão de condições restritivas à competitividade ou que não guardem pertinência direta com o fornecimento pretendido, garantindo-se plena observância aos princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**Observação:**

1) Este certame é regulado pelas *Diretrizes para Aquisições de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID*, que prevalecem sobre normas internas em caso de eventual conflito regulatório de elegibilidade.

2) A contratada deverá apresentar à Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após validação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, um Projeto Executivo completo, conforme diretrizes deste Termo de Referência e dos anexos técnicos listados no item 5.7 do Termo de Referência, conforme diretrizes previstas no Termo de Referência e seus anexos.

**TODOS OS DOCUMENTOS (EDITAL, AVISOS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E OUTROS)  
ESTARÃO DISPONÍVEIS NO SÍTIO DO PJES.**

[www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) > Portal da Transparência > Licitações e Contratos > Licitações

**ESTA CAPA É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE90019/2026  
PROCESSO SEI Nº 7004045-21.2026.8.08.0000  
CIC TCEES Nº 2026.500J1200001.01.0018  
TIPO: MENOR PREÇO**

**Legislação:** Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. **Ato Normativo de designação dos Pregoeiros e Equipes de Apoio nº 205/2025, disponibilizado no Diário da Justiça eletrônico no dia de 09/07/2025.**

**Órgão Interessado:** O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968**, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, sediado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-906, telefone (27) 3334-2000 e site [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br).

**Sessão Pública:** 13 de julho de 2026, às 14:xx horas (horário de Brasília), com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

## **DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O EDITAL**

### **CAPA DO EDITAL**

#### **ANEXO I - Termo de Referência**

Adendo I - **LEIAUTE DA UNIDADE MÓVEL, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES DA PARTE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO; INSTALAÇÕES MECÂNICAS; SISTEMAS HIDROSSANITÁRIOS; PLATAFORMA ELEVATÓRIA; ESPECIFICAÇÕES DE REDE E INFORMÁTICA, IDENTIDADE VISUAL EXTERNA (CONFORME ITEM 5.7 DO TR)**

Adendo II - **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS AMBIENTAIS**

Adendo III - **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO E AVALIAÇÃO DE CUSTOS**

Adendo IV - **DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE E ORIGEM (REGRAS DO BID)**

Adendo V - Planilha de Preços Máximos/Modelo de Proposta Comercial.

#### **ANEXO II – Minuta de Contrato**

Adendo I do Contrato: Política do Banco (BID) sobre Práticas Proibidas

Adendo II do Contrato: Países elegíveis

## **1 - DO OBJETO**

**1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência e no respectivo Estudo Técnico Preliminar, para atender ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES).**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CATMAT:** 10218

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** - Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas, que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** - Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1** - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**2.5.2** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3** - Empresa, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**2.5.8** - Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.9** - Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação.

**2.5.10** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.11** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.5.12** - Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;

**2.5.12.1** - Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**2.5.13** - Empresa cujos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, sejam membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo.

**2.5.14** - Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Resolução CNJ 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22.06.16).

**2.5.14.1** - A vedação constante no item 2.5.14 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

**2.5.14.2** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

**2.5.15** - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

**2.5.16** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 9/2005).

**2.5.17** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

**2.5.18** - Havendo alteração no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada ao Tribunal de Justiça para as providências julgadas cabíveis.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**2.6** - O impedimento de que trata o item 2.5.4 do será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.7** - A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1** - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2** - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3** - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4** - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3** - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4** - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.1** - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.4.2** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5** - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**3.7** - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9** - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.10** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **COM O VALOR TOTAL DO ITEM ÚNICO, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**4.2** - A proposta comercial, com valores monetários em reais, deverá respeitar as especificações constantes do **Anexo I**;

**4.2.1** - O valor total máximo a ser pago pelo ITEM será **de 2.877.500,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).**

**4.2.2** - **Havendo divergências entre as especificações do código CATMAT e as do Edital, prevalecerão as do Edital.**

**4.3** - **A proposta somente poderá conter duas casas decimais e será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.**

**4.4** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.5** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.6** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.7** - A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

**a) Validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;

**b)** O objeto deverá estar em conformidade com as especificações constantes do **Anexo I, incluídos nos preços propostos** todos os custos com materiais, mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto do presente Pregão dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação;

**c) Forma de Fornecimento do bem:** O prazo de execução do objeto será de até 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de emissão da ordem de fornecimento, período no qual a contratada deverá concluir integralmente a entrega do veículo devidamente adaptado, transformado e equipado, nos termos do Termo de Referência.

**c.1)** O veículo deverá ser entregue em dia e horário de expediente do Órgão contratante no endereço informado tabela abaixo:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Local de Entrega	Endereço
<p>O veículo deverá ser entregue completamente finalizado, transformado, testado, emplacado e licenciado em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no pátio da Seção de Transporte do PJES</p> <p><b>Horário de Seg. a Sex. de 12h às 19h</b></p> <p><b>Tel. 27 3334-2791</b></p> <p><b>e-mail: transporte@tjes.jus.br</b></p>	<p>Rua Taciano Abaurre, 225 - Enseada do Suá, Vitória-ES - 29050-470, ou em outro endereço formalmente indicado pela Administração, no Estado do Espírito Santo.</p>

**d) O prazo de garantia:** O prazo de garantia contratual do veículo e de suas adaptações/transformações é de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**d.1)** Caso o veículo necessite permanecer imobilizado para reparos cobertos pela garantia por período superior a **30 (trinta) dias corridos**, a empresa vencedora arcará integralmente com os custos de uma **solução logística alternativa equivalente** (locação de veículo de transporte de passageiros com capacidade e padrão compatíveis) para garantir a continuidade dos deslocamentos e das atividades programadas pela equipe do NUPEMEC, até a efetiva devolução do ônibus em perfeitas condições de uso.

**4.8 -** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência - Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1 -** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2 -** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.3 -** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.4 -** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.5 -** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.6 -** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.7 -** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.8 -** O lance será ofertado pelo valor **total do Item**.

**5.9 -** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5.10** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.11** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.12** - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.12.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.12.2** - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3** - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.12.4** - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.5** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.18.1** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será observado o disposto no art. 60 da Lei 14.133, de 2021.

**5.19** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5.19.2** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.3** - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4** - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **com valor unitário e total do ITEM, indicação de marca/modelo, conforme modelo de proposta constante do Adendo V deste edital.**

**5.19.4.1** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.19.4.2** - **Após o prazo de 2 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, conseqüentemente, sua proposta será DESCLASSIFICADA.**

**5.19.4.3** - Para uma melhor análise técnica, a empresa concorrente deverá comprovar o atendimento das especificações técnicas do termo de referência, por meio de fotos, folders, catálogos ou manuais técnicos fornecidos pelos fabricantes e indicar, caso aplicável, o endereço de internet – sítio do fabricante, contendo os dados do produto ofertado.

**5.20** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Consulta consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.

**6.2** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.3** - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2** - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.4** - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 9 deste Edital.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**6.5** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro, com auxílio do setor técnico demandante, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1** - conter vícios insanáveis;

**6.6.2** - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

**6.6.3** - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5** - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8** - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9** - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.9.1** - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.9.2** - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.10** - Após análise, o pregoeiro decidirá sobre a aceitação da proposta, divulgando, em seguida, o resultado de sua análise.

**6.11** - Cientificada a LICITANTE, em caso de reprovação, será examinada a oferta subsequente e mais vantajosa à Administração, e assim sucessivamente, segundo sua aceitabilidade e classificação, convocando em seguida a próxima LICITANTE, sendo a ela concedida as mesmas condições e prazos destinados à primeira.

**6.11.1** - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** - Os documentos previstos na **CAPA DO EDITAL e reproduzidos no item 10.4 e ss do Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**7.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.1.2** - Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ** e **endereço**.

**a) Se o licitante for participar por meio da matriz**, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**b) Se o licitante for participar por meio da filial**, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**7.2** - A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**7.2.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**7.3** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.3.1** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.4** - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.4.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), contado da solicitação do pregoeiro.**

**7.4.1.1** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.5** - A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.6** - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.6.1** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.6.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.7** - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.8** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.4.1.

**7.9** - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

## **8 - DOS RECURSOS**

**8.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de **aproveitamento**.

**8.10** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de solicitação através do e-mail: <equipepregao@tjes.jus.br >.

## **9 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1** - Aplicar-se-ão as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 618/2012 às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, previamente identificadas no sistema, por ocasião da participação neste certame licitatório.

**9.2** - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

**9.2.1** - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

**9.2.2** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**9.2.3** - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**9.2.4** – Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

**9.2.5** – Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

**9.2.6** - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

**9.3** - Neste procedimento será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**9.3.1** - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço.

**9.4** - Para efeito do disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual nº. 618/2012, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.4.1** - A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**9.4.2** - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**9.5** - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 9.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.6** - O disposto no item 9.4 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**10.1** - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de menor valor total do Item, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

**10.2** - O objeto deste PREGÃO será adjudicado pelo menor preço do **ITEM** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

## **11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, em especial, quando:

i) deixar de executar parcela do objeto;

ii) executar o objeto de modo defeituoso, ainda que com aproveitamento para a Administração; ou;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- iii) deixar de cumprir obrigação acessória prevista no contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato, em especial quando:
  - i) deixar de dar início à execução do objeto, nos prazos previstos no contrato;
  - ii) executar o objeto de modo defeituoso, quando não se verificar possibilidade de proveito para a Administração; ou;
  - iii) paralisar definitivamente a execução do objeto, quando a parcela executada não puder ser aproveitada pela Administração;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado, em especial, quando:
  - i) atrasar a assinatura de termo aditivo ao contrato;
  - ii) descumprir prazos ou cronograma previamente estabelecidos, no instrumento convocatório ou no contrato;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa, durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento, na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial, quando:
  - i) agir em conluio ou em desconformidade com a lei; ii) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência: Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato (alínea "a" acima), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, especialmente, nos casos de descumprimentos leves das obrigações de fazer (ex.: falhas pontuais no atendimento às solicitações da fiscalização compatíveis com o contrato).

II - Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h", bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos de natureza operacional ou acessória:

a.1) apresentação de ART/RRT (itens 5.6.4 e 5.7.3.1, do Termo de Referência);

a.2) realização de ajustes, correções ou complementações, atendimento a notificações e prazos definidos pela equipe de recebimento e fiscalização do objeto contratual, incluindo aqueles relativos à garantia do objeto (itens 7.5.3, 7.8.4, 7.9.9, 7.9.10, 7.11.7, 8.6.3, 12.6, 12.11, 13.2, 13.3 do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação em outros itens eventualmente não mencionados aqui);



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

b) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos considerados estruturantes da execução contratual, tais como:

- b.1) apresentação do Projeto Executivo (item 5.6.1,, do Termo de Referência);
- b.2) entrega do objeto principal (item 5.13, do Termo de Referência);
- b.3) entrega de documentos técnicos (item 5.9.2 e 12.4.1.2, do Termo de Referência);
- b.4) entrega técnica (item 7.10.2, do Termo de Referência);
- b.5) treinamento operacional (item 7.10.2, do Termo de Referência).

c) Compensatória, de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, limitada a 5% (cinco por cento), para descumprimento das obrigações relacionadas à assistência técnica e garantia do objeto, especialmente quanto ao item 12.4.1 do Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de regularização.

d) Compensatória, de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução parcial do contrato (alínea "a").

e) Compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "b" e "d".

f) Compensatória, de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h".

g) Compensatória, de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato (alínea "c").

**11.3.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

**11.4.** A conversão prevista no parágrafo anterior será analisada, no caso concreto, após o prazo de 60 (sessenta) dias de atraso, podendo a Administração promover a extinção unilateral do contrato, ressalvada a hipótese de manutenção da avença prevista no item 14.5, do Termo de Referência. Caso a Administração opte pela extinção e não tenha havido a entrega do objeto, restará configurada a inexecução total do contrato (alínea 'c' do item 11.1 deste Edital), sujeitando a contratada à respectiva sanção compensatória.

**11.5.** Na hipótese de o limite máximo de atraso, citado no item anterior, ser atingido, e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

**11.6.** Para fins de aplicação das penalidades, considerando a natureza indivisível do objeto, as multas incidirão sobre o valor global do contrato, não sendo possível a individualização por parcelas ou etapas.

**11.7. Disposições gerais sobre as sanções**

11.7.1. A aplicação das sanções previstas neste contrato, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

11.7.2. Todas as sanções previstas no contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.7.3. Antes da aplicação das sanções de **multa**, será facultada a defesa prévia da concessionária, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7.4. Antes da aplicação das sanções de **impedimento e declaração de inidoneidade**, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos moldes da NP 01.08 deste PJES.

11.7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante à contratada e a diferença não for paga voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor será inscrito em Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

11.7.6. Na aplicação das sanções, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para a concedente; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.7.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

11.7.8. Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave.

11.7.9. Quando o contratado der causa à inexecução total do contrato, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.7.10. Quando o contratado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

11.7.11. Quando o contratado praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

#### **11.8. Das circunstâncias agravantes**

11.8.1. As sanções previstas nas alíneas "a" a "h" serão agravadas, em 10% (dez por cento), nos respectivos prazos, para cada circunstância agravante, até os limites de 3 (três) anos, para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e, de 6 (seis) anos, para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.2. São circunstâncias agravantes:

I - comprovação de conduta dolosa;

II - existência de fato, documento ou circunstância particular, que agrave a penalidade;

III - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade aplicada à empresa, nos últimos 12 (doze) meses;

IV - quando o impacto da conduta do contratado atingir mais de 30% dos itens do contrato;

V - quando o contratado, deliberadamente, não responder às notificações destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

VI - quando a conduta contribuir para a extinção do contrato;

VII - quando a conduta concorrer para atraso na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias; ou;

VIII - quando a empresa não possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

11.8.3. Quando a ação ou omissão do contratado ensejar o enquadramento da conduta em infrações distintas, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave. No entanto:

I - Não se aplica a regra prevista, se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

II - O disposto não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

#### **11.9. Das circunstâncias atenuantes**

11.9.1. Nas hipóteses previstas nas alíneas "b" a "h", a sanção-base será reduzida em 5% (cinco por cento), para cada circunstância atenuante, até o limite mínimo de um mês para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e de 3 (três) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

#### **11.9.2. São circunstâncias atenuantes:**

I - inexistência de registro de penalidade aplicada à contratada, nos últimos 12 (doze) meses, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exceto advertência;

II - reconhecimento da importância da preservação da empresa e de sua relevante função social;

III - a manutenção do emprego dos trabalhadores da contratada.

IV - quando o impacto da conduta da contratada atingir 30% (trinta por cento) ou menos dos itens da licitação ou contrato;

V - quando a empresa colaborar para resolução ou mitigação do problema, apresentar justificativas ou, ainda, responder às comunicações realizadas pela administração; ou;

VI - quando a empresa possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

### **12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3** - A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por meio do e-mail <equipepregao@tjes.jus.br >.

**12.4** - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.4.2** - As respostas aos pedidos formulados bem como os comunicados ou alterações necessárias serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) > Portal da Transparência > Licitações e Contratos > Licitações, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

**12.5** - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

### **13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório à Autoridade Superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**13.2** - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, a autoridade competente adjudicará e homologará o resultado da licitação.

**13.3** - Em sendo adjudicado o objeto e homologada a licitação, a Administração convocará o adjudicatário para **assinar o contrato**.

### **14 - DA DOTAÇÃO**

**14.1** - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de Fonte de Recursos de Operação de Crédito, firmado entre o Estado do Espírito Santo / Poder Judiciário e o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, por meio do Programa de Modernização do Poder Judiciário, tendo por dados:

- **Programa de Trabalho:** 10.03.101.02.061.0023.2078
- **Fonte de Recursos:** 754 – Recursos de Operações de Crédito
- **Detalhamento da Fonte:** 000115 - BID - PROMOJUES
- **Natureza da Despesa:** 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
- **Plano Orçamentário:** 003310 – PROMOJUES

### **15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9** - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10** - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) > Portal da Transparência > Licitações e Contratos >



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Licitações, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

**15.11.** As Licitantes vencedoras que vierem a celebrar Contratos/Atas com o Tribunal de Justiça, deverão observar as diretrizes fixadas na Resolução nº 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como na Resolução nº 037/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, as quais estabelecem a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no que couber.

**15.12 -** Fica eleito o foro de Vitória-ES para solucionar as questões decorrentes desta licitação.

Vitória/ES, data e hora da última assinatura eletrônica.

---

**Pregoeiro<sup>1</sup>**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (3177203)**

**\* DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**

**ADENDO I – LEIAUTE DA UNIDADE MÓVEL, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES DA PARTE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO; INSTALAÇÕES MECÂNICAS; SISTEMAS HIDROSSANITÁRIOS; PLATAFORMA ELEVATÓRIA; ESPECIFICAÇÕES DE REDE E INFORMÁTICA, IDENTIDADE VISUAL EXTERNA**

---

<sup>1</sup> Edital assinado e rubricado pelo(a) Pregoeiro(a) em obediência à Ordem de Serviço n.º 003/2016, publicada pela Secretaria Geral no Diário da Justiça do dia 19/04/2016.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

\* **Adaptação e transformação da unidade móvel:** A adaptação e transformação deverá observar integralmente os anexos técnicos deste adendo, sem prejuízo de outros requisitos previstos no Termo de Referência.

**\* DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**

**ADENDO II – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS AMBIENTAIS**

**\* DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**

**ADENDO III – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO E AVALIAÇÃO DE CUSTOS**

**\* DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**

**ADENDO IV – DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE E ORIGEM (REGRAS DO BID)**

**\* DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO ANEXO AO EDITAL**

**Adendo V – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS/MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Referência: Pregão Eletrônico Nº PE90019/2026**

ITEM ÚNICO - CATMAT: 10218					
DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	Un	QTD	Valor unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
Aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente		un	1	2.877.500,00	2.877.500,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPEMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência e no respectivo Estudo Técnico Preliminar, para atender ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES).

**A proposta apresentada deverá atender a todas as condições estipuladas no Termo de Referência e no ITEM 4.7 do Edital.**

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias** a partir da data de sua apresentação.

Em cumprimento à Resolução do **CNJ nº 07/2005**, atualizada pela Resolução nº 229, de 22.06.16, **DECLARAMOS** que nossos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, não são membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo e que não temos em nosso quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo.

**Dados da Empresa:**

Razão Social:

Endereço:

Nome completo do Representante:

CPF:

Cargo:

Telefone:

E-mail:

Local e data.

---

**Empresa/CNPJ**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS RODOVIÁRIO NOVO, ZERO QUILOMETRO, COM CHASSI E CARROCERIA NOVOS, FABRICADO NO ANO/MODELO VIGENTE NA DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL OU SUPERIOR, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, LICENCIADO EM NOME DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, DEVIDAMENTE ADAPTADO, TRANSFORMADO E EQUIPADO PARA ATENDIMENTO MÓVEL ITINERANTE DO NUPEMEC, INCLUINDO ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, E O FORNECIMENTO**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**INTEGRAL DE TODOS OS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS,  
MOBILIÁRIOS, INSTALAÇÕES E DEMAIS COMPONENTES  
NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_**  
**PROCESSO SEI Nº 7004045-21.2026.8.08.0000**  
**CIC-TCEES Nº 2026.500J1200001.01.0018**

**CONTRATANTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado, na forma da Emenda Regimental nº 004/2015 de 09 de dezembro de 2015, do Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por seu Secretário Geral, **ANSELMO LAGHI LARANJA**, Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP, e-mail: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu sócio- \_\_\_\_\_, Sr(a) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.

Resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, de acordo com os termos do processo **7004045-21.2026.8.08.0000**, do Pregão Nº PE\_\_\_\_/2026, mediante as seguintes cláusulas a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** – O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo novo, zero quilômetro, tipo ônibus rodoviário, adaptado e equipado para funcionar como Unidade Móvel de Atendimento do **Projeto Justiça Comunitária (Ônibus da Conciliação)**, sob a coordenação do **Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)** do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência, anexos desta contratação e em consonância com o Edital do Pregão nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos.

**1.2** - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1** - Termo de Referência - Anexo I;
- 1.2.2** - Edital de Licitação; Anexo II;
- 1.2.3** - Proposta da contratada, firmada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026;
- 1.2.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.2.5.** ADENDO I ao CONTRATO – POLÍTICA DO BANCO (BID) SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS
- 1.2.6.** ADENDO II ao CONTRATO – BID - ELEGIBILIDADE E PAÍSES ELEGÍVEIS

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

**2.1** – O **PRAZO DE VIGÊNCIA** da contratação será de até 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, abrangendo o período necessário à conclusão do objeto, incluindo seu recebimento definitivo e a adoção de todas as providências administrativas correlatas, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1. PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo para a execução integral do objeto, incluindo a fabricação, adaptação, transformação e entrega técnica do veículo, será de **até 210 (duzentos e dez) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de emissão da Ordem de Fornecimento pela Contratante.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**2.1.2. DA NATUREZA POR ESCOPO:** Por se tratar de um contrato por escopo, caso o objeto não seja concluído no período estipulado, o prazo de vigência será prorrogado automaticamente até a sua efetiva conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de sanções caso o atraso ocorra por culpa exclusiva da Contratada.

**2.2.** A prorrogação automática não afasta a responsabilidade da Contratada por eventuais atrasos injustificados e demais descumprimentos contratuais, permanecendo plena a competência da Administração para a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, bem como para a eventual extinção do contrato por culpa do contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1** - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, em especial em seu Item 07 - Anexo I deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1** – Admite-se a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para a execução da etapa de transformação e adaptação do veículo, bem como para a elaboração do Projeto Executivo, desde que realizada por empresa especializada, observados os requisitos técnicos aplicáveis a cada atividade.

**4.1.1.** No caso da subcontratação da etapa de transformação e adaptação, a empresa subcontratada deverá possuir registro ativo no Cadastro Técnico Federal – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

**4.2.** É vedada a subcontratação integral do objeto ou da parcela principal consistente no fornecimento do veículo base. A responsabilidade pela entrega do objeto completo, pela integração entre veículo e transformação, pela compatibilidade do Projeto Executivo com a execução, pela qualidade final e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais permanecerá exclusivamente com a contratada.

**4.3.** A subcontratação dependerá de prévia comunicação à Administração, tanto na fase de habilitação ou durante a execução contratual, acompanhada da documentação comprobatória da qualificação da empresa subcontratada, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a supervisão técnica, coordenação e fiscalização dos serviços executados por eventual subcontratada.

**4.3.1.** No curso da execução contratual, a subcontratação será considerada tacitamente aprovada caso não haja manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis

**4.3.2.** Como consequência lógica, a substituição da empresa responsável pela execução da transformação ou pela elaboração do Projeto Executivo também dependerá de prévia comunicação à Administração e da comprovação do atendimento aos mesmos requisitos de habilitação e prazo do item anterior, observado o disposto no item 6.7.3.1 do Termo de Referência.

**4.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na contratação, gestão ou fiscalização do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1** – O valor total da contratação é de R\$ xxxx,xx (valor por extenso), conforme descrito na tabela abaixo

Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Único	(um) ônibus rodoviário novo, zero	Un	1		



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

	<b>quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência e no respectivo Estudo Técnico Preliminar, para atender ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES)</b>				
--	--	--	--	--	--

**5.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1** - Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, e do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, a avaliação da execução do objeto observará critérios objetivos de quantidade, qualidade, conformidade técnica e cumprimento de prazos, conforme definido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

**6.2.** A avaliação das especificações do bem adquirido será realizada pela Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, composta por pelo menos um servidor de cada uma das seguintes unidades: Seção de Transporte; Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos; Secretaria de Tecnologia da Informação; Assessoria de Imprensa e Comunicação Social; e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPMEC.

**6.3.** A avaliação da execução do objeto será formalizada por meio de termos detalhados, conforme disposto nos itens 7.9.4 do Termo de Referência (recebimento provisório) 7.9.14 do Termo de Referência (recebimento definitivo).

**6.4.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**6.5.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento está condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo.

**6.6.** Os servidores da Seção de Transporte, Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos, Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social, que compõem a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, serão responsáveis pela fiscalização técnica do objeto nos moldes contratados, de acordo com a seguinte divisão:

<b>Descrição</b>	<b>Unidade Responsável</b>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Especificações de mecânica automotiva	Seção de Transporte
Leiaute da unidade móvel	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do memorial descritivo	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações de iluminação	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do gerador, tomadas, parte elétrica	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do sistema de climatização	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do sistema hidrossanitário	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações da plataforma elevatória	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações de rede e informática	Secretaria de Tecnologia da Informação
Especificações da identidade visual externa	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**6.7.** O servidor do NUPEMEC, que comporá a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, é o servidor representante da área demandante que solicita a contratação. Será responsável por fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional, objetivando verificar o atendimento do objeto aos fins a que se propôs a contratação.

**6.8.** Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal Eletrônica contendo identificação do contrato, número do empenho, descrição do objeto, período de referência, valores e eventuais retenções tributárias;
- b) Comprovantes de regularidade fiscal: Receita Federal e Dívida Ativa da União; FGTS; Justiça do Trabalho; Receita Estadual; Receita Municipal; consulta ao SICAF ou documento equivalente; comprovante de opção pelo Simples Nacional, se aplicável;
- c) Outros documentos eventualmente solicitados pelo Contratante.

**6.9.** Recebido o(s) documento(s) fiscal(ais) pertinente(s) - a Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato - correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação pela Unidade Competente, prorrogáveis por igual período, nos termos da Norma de Procedimentos Nº 07.03 – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA.

**6.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar a Nota Fiscal. Havendo erro na apresentação da referida Nota, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**6.11.** A(s) Nota(s) Fiscal(ais) Eletrônica(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhada(s) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.12.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.13.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**6.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.15.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do instrumento contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

**6.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**6.17.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme descrito no item acima.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**6.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**6.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

**6.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.22.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

**7.1.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste em fornecimento de bem em entrega única, com pagamento em parcela única e vigência contratual vinculada à entrega e ao recebimento definitivo, o preço será fixo e irrevogável durante o prazo ordinário de execução contratual.

**7.2.** Caso, por fato não imputável à contratada, a execução contratual ultrapasse o interregno de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, admitir-se-á reajustamento pelo IPCA/IBGE, ou por outro índice setorial mais adequado expressamente definido pela área técnica, observada a data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos dos arts. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.** O reajuste somente será aplicável se comprovado que a extrapolação do prazo anual não decorreu de fato imputável à contratada, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade contratual.

**7.4.** Sem prejuízo da regra de reajustamento prevista no Termo de Referência, fica preservado o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, caso comprovadamente ocorram fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual.

**7.5.** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente antes da entrega definitiva do objeto, quando o fato ensejador já for conhecido pela contratada.

**7.6.** O requerimento deverá ser acompanhado de documentos comprobatórios aptos a demonstrar o evento superveniente, impacto econômico-financeiro suportado, o nexo causal e a impossibilidade de absorção ordinária dos custos pela contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

##### **8.1. Obrigações do Contratante:**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os bens de acordo com as determinações do instrumento contratual, do Edital e seus anexos, especialmente deste Termo de Referência.
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- c) Zelar para que durante toda a vigência do instrumento contratual sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do instrumento contratual, fixando prazo para a sua correção. - Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela Contratada.
- e) Acompanhar, por intermédio de Gestor designado pelo Tribunal de Justiça, o fornecimento dos bens, atestando os documentos da despesa, quando comprovada a execução total, fiel e correta do instrumento contratual ou da parcela a que se referem.
- f) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do instrumento contratual.
- g) Efetuar o pagamento à Contratada o valor resultante à entrega dos bens, na forma do instrumento contratual.
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento de bens em desacordo com as exigências deste Termo de Referência, Legislação e Edital e seus Anexos. - Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário da licitante vencedora, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.
- i) Atestar o fornecimento de bens.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9.1. Obrigações da Contratada:**

- a) Fornecer os materiais e equipamentos, e utensílios necessários, na qualidade, prazo e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.
- b) Providenciar os registros e toda a documentação obrigatória, conforme previsto neste Termo de Referência e legislação cabível.
- c) Executar a transformação do veículo em um pátio de montagem em condições adequadas de acesso, que comporte as partes integrantes do objeto, além de área coberta devidamente segura, com piso pavimentado e instalações industriais mínimas compatíveis com o projeto a ser executado.
- d) O local mencionado no subitem acima poderá ser vistoriado pelo contratante a qualquer tempo, a seu exclusivo critério.
- e) Reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto e todas as adaptações, conforme especificações e/ou equipamentos previstos no Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- f) Fornecer todos os manuais e catálogos do veículo, bem como de todos os equipamentos e acessórios instalados, editados em português do Brasil.
- g) Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, com poderes para tratar dos assuntos relacionados à execução do instrumento contratual, responsabilizando-se pela





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

qualidade do fornecimento dos bens contratados, devendo ainda comunicar imediatamente ao Contratante as mudanças no quadro de funcionários que afetem a execução contratual.

h) Garantir o fornecimento dos bens durante todo o período de vigência do instrumento contratual e de garantia contratual, conforme este Termo de Referência.

i) Arcar com todos os encargos sociais/trabalhistas, previstos na legislação vigente, e quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados.

j) Comunicar por e-mail ao Gestor do contrato sobre qualquer irregularidade ocorrida ou observada no fornecimento de bens.

k) Manter, durante a vigência do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e neste Termo de Referência. - Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pelo PJES, o profissional responsável pelo atendimento personalizado junto ao Contratante, cuja atuação ou comportamento sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante.

l) Atender às solicitações do PJES com a máxima presteza e nos prazos estipulados.

m) Responsabilizar-se pelos danos causados ao PJES, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus funcionários.

n) Não transferir a outrem no todo ou em parte os serviços relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência do PJES.

o) Permitir a visita e o acompanhamento, pelo contratante, da montagem e execução do projeto, em qualquer tempo e fase de produção, mediante prévio aviso e respeitadas as normas de segurança do trabalho do fabricante, sob pena de rescisão contratual.

p) Cumprir todas as obrigações elencadas neste item, bem como das demais obrigações dispostas em outros tópicos deste Termo de Referência, que se fizerem necessárias ao devido fornecimento do objeto desta contratação.

q) Cumprir, no que couber, o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), e demais regulamentações da matéria, que estabelecem os princípios da acessibilidade universal e da sustentabilidade ambiental.

r) Observar integralmente a legislação ambiental vigente, adotando todas as medidas necessárias à regularidade ambiental das atividades relacionadas à execução do objeto, especialmente aquelas relativas à adaptação e transformação do veículo. Para tanto, deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as inscrições, cadastros, registros, licenças, autorizações e demais instrumentos exigidos pelos órgãos ambientais competentes, quando aplicáveis, bem como cumprir tempestivamente as obrigações de natureza cadastral, declaratória e operacional a eles vinculadas. A contratada deverá, sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, apresentar a documentação comprobatória de sua regularidade ambiental, incluindo, quando aplicável, documentação de regularidade em cadastros técnicos, declarações ambientais, bem como outros documentos pertinentes.

s) Manter a devida responsabilidade técnica pelas etapas de projeto, adaptação, transformação, instalação de sistemas e demais intervenções realizadas no veículo, observando integralmente a legislação e as normas técnicas pertinentes, sejam elas relativas à empresa ou aos profissionais. A contratada deverá providenciar e manter atualizados os registros de responsabilidade técnica exigíveis, relativos às atividades desenvolvidas, bem como cumprir as obrigações correlatas junto aos respectivos conselhos profissionais. Sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória da responsabilidade técnica pelas atividades executadas, incluindo registros, anotações, certificados ou documentos equivalentes, conforme aplicável.

t) Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos seus empregados, prepostos ou subordinados, não transferindo a responsabilidade ao contratante.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

u) A contratada responderá pela qualidade técnica do veículo e da transformação, pelo cumprimento dos prazos, pela regularidade documental, pela observância das normas técnicas, de segurança e ambientais e por quaisquer danos causados.

v) Os responsáveis pelo projeto e pela execução da transformação veicular deverão observar com rigor todos os aspectos legais e de segurança relacionados à adaptação do veículo. Tais profissionais serão inteiramente responsáveis por quaisquer inadequações ou detalhes que possam gerar riscos aos usuários do veículo. O veículo adaptado deve conter todos os equipamentos e acessórios exigidos por lei e não deverá sofrer qualquer tipo de alteração que ofereça riscos aos usuários, ao condutor nem ao seu entorno, esteja o veículo estacionado ou em deslocamento, sendo que qualquer adaptação/transformação que comprometa a segurança relacionada à utilização do veículo será de inteira responsabilidade da contratada.

x) Abster-se de utilizar o nome, as marcas, os logotipos ou a imagem do veículo finalizado com a identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em peças publicitárias, redes sociais, portfólios comerciais ou qualquer outra forma de marketing corporativo sem a prévia e expressa autorização formal da Administração.

w) Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos ou efluentes gerados durante o processo de fabricação, adaptação e transformação do veículo, em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), isentando o Contratante de qualquer responsabilidade ou passivo ambiental decorrente de suas atividades industriais.

y) Quando solicitado, encaminhar as informações e documentos necessários para fins de inclusão do veículo na apólice de seguro de frota do Tribunal de Justiça.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO**

**10.1.** O prazo de garantia contratual do veículo e de suas adaptações/transformações é de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**10.1.1.1.** A garantia abrange o veículo base e as adaptações/transformações realizadas, sendo a Contratada integralmente responsável pelos serviços executados, independentemente das garantias dos fabricantes.

**10.1.2.** A garantia relativa às adaptações e transformações independe da garantia do veículo base, não podendo a Contratada eximir-se de suas responsabilidades sob alegação de falhas atribuídas a terceiros.

**10.2.** Todos os equipamentos, sistemas e componentes instalados terão garantia mínima de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, e todos os certificados de garantia devem ser entregues ao contratante.

**10.2.1.** Os prazos de garantia indicados nos certificados dos fabricantes poderão ter início em data anterior ao recebimento definitivo; contudo, a contratada deverá assegurar que todos os equipamentos e sistemas estejam integralmente cobertos por garantia durante o prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à recebimento definitivo do objeto.

**10.2.2.** Caso o prazo de garantia fornecido pelo fabricante seja inferior ao prazo contratual ou tenha seu início em momento anterior ao recebimento definitivo, caberá à contratada complementar, por sua conta e risco, a cobertura necessária, de modo a garantir o atendimento integral das condições de garantia exigidas.

**10.2.3.** A garantia contratual do objeto prevalecerá sobre quaisquer limitações, restrições ou prazos estabelecidos pelos fabricantes, sendo a contratada responsável pela solução de eventuais falhas,



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

independentemente da origem do defeito.

**10.3** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**10.4** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do veículo, das suas adaptações/transformações e dos equipamentos, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**10.4.1.** A contratada deverá dispor e manter, durante todo o período de garantia do objeto, assistência técnica autorizada situada na Região Metropolitana da Grande Vitória, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, com disponibilidade de equipe técnica qualificada, ferramental adequado e acesso a peças e componentes originais.

**10.4.1.1.** A comprovação da assistência técnica autorizada deverá ser apresentada mediante, no mínimo, um dos seguintes documentos:

I – declaração formal do fabricante do veículo, da carroceria, dos sistemas e dos equipamentos, conforme o caso, atestando que a empresa indicada é autorizada a prestar assistência técnica;

II – contrato ou instrumento equivalente firmado entre a contratada e a empresa responsável pela assistência técnica, comprovando o vínculo para atendimento durante o período de garantia;

III – outros documentos idôneos que comprovem a capacidade técnica e a autorização para prestação dos serviços.

**10.4.1.2.** A contratada deverá apresentar a documentação comprobatória até o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis antes da entrega do objeto, devendo mantê-la atualizada durante todo o período de garantia.

**10.4.1.3.** A indicação da assistência técnica deverá conter, no mínimo, razão social, endereço completo, contatos atualizados e descrição dos serviços cobertos.

**10.4.1.4.** A eventual substituição da assistência técnica indicada deverá ser previamente comunicada e submetida à aprovação da Administração, devendo a nova empresa atender integralmente aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

**10.4.1.5.** A inexistência, indisponibilidade ou inadequação da assistência técnica não exime a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações de garantia, devendo, nesses casos, adotar as providências necessárias para assegurar o atendimento tempestivo, inclusive mediante deslocamento de equipe técnica ou outra solução equivalente, sem ônus adicional para a Administração.

**10.4.1.6.** Para as garantias relativas exclusivamente aos componentes, sistemas e estruturas decorrentes da adaptação, transformação e mobiliário interno do veículo, será admitida, como alternativa à manutenção de assistência técnica autorizada fixa na Região Metropolitana da Grande Vitória, a prestação de atendimento técnico "in loco" (on-site), mediante o deslocamento de equipe técnica da própria Contratada ou por ela designada.

**10.4.1.7.** Nessa hipótese, o atendimento deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do acionamento formal pela Administração, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados. Na eventual ausência de prazo estabelecido, a contratada deverá executar o serviço de garantia em prazo compatível com a complexidade das correções, acordado com o contratante, após a comunicação à empresa contratada.

**10.4.1.8.** Todos os custos relacionados ao atendimento, incluindo deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, mão de obra e fornecimento de peças ou insumos, correrão integralmente por conta da Contratada.

**10.4.1.9.** A solução prevista neste item não afasta a responsabilidade da Contratada quanto à tempestividade, qualidade e plena resolução das ocorrências, devendo garantir a continuidade



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

operacional da unidade móvel.

**10.5** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**10.6.** Se o veículo e os equipamentos fornecidos apresentarem defeito de qualquer natureza, incluindo a hipótese prevista no 7.9.10.1 do Termo de Referência, deverão ser reconstruídos, substituídos ou readaptados, sem custo adicional para o contratante, devendo o atendimento ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do acionamento formal pela Administração, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados.

**10.6.1.** A contratada deverá executar o serviço de garantia em prazo compatível com a complexidade das correções, acordado com o contratante, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados.

**10.6.2.** Caso o prazo não possa ser cumprido, a contratada deverá justificar formalmente, ficando a critério do contratante aceitar a justificativa.

**10.6.3.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

**10.6.4.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**10.7** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**10.8.** Todas as garantias que forem maiores às estipuladas neste contrato deverão ser mantidas e aplicadas de acordo com o manual do fabricante.

**10.9.** Todos os reparos feitos dentro do prazo de garantia deverão utilizar peças originais.

**10.10.** Serão cobertas pela garantia todas as peças que apresentarem falha de material, defeito de fábrica ou problemas anteriores à comercialização, como danos provocados por transporte inadequado.

**10.11.** Caso o veículo ou os equipamentos sejam encaminhados para assistência técnica durante o prazo de garantia e os problemas apresentados não sejam sanados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o CONTRATANTE poderá exigir a sua substituição, sem prejuízo de outro prazo eventualmente estabelecido em decorrência do disposto no item 12.6 do Termo de Referência.

**10.11.1.** Tratando-se de equipamentos, mobiliários ou sistemas integrados (tais como computadores, aparelhos de climatização, periféricos de rede, geradores, etc.), a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos e de atendimento até a conclusão dos reparos.

**10.11.2.** Em razão da natureza especial e do alto grau de customização do objeto, não será exigida a disponibilização de um veículo substituto provisório com as mesmas características estruturais da unidade móvel original. No entanto, caso a paralisação do ônibus ocorra por qualquer falha (seja mecânica, elétrica, estrutural, de sistemas integrados ou decorrente da transformação) que impossibilite o seu deslocamento seguro ou a sua operação rotineira, e o reparo ultrapasse o prazo de 30 (trinta) dias, a Contratada deverá fornecer ou custear solução logística alternativa (como a locação de veículo de transporte de passageiros compatível) para garantir o deslocamento da equipe do NUPEMEC, caso demandado pela Administração, até a efetiva devolução do ônibus consertado.

**10.11.3.** Na hipótese de vício de fabricação insanável ou falha estrutural severa que comprometa definitivamente o uso do ônibus ou de qualquer equipamento, a Administração poderá exigir a sua



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

substituição definitiva por bem novo de igual ou superior qualidade, nos termos da legislação aplicável.

**10.11.4.** O veículo e/ou equipamento entregue em substituição definitiva gozará do mesmo prazo de garantia exigido nos subitens 12.1 e 12.2, respectivamente.

**10.12.** O recebimento definitivo do veículo e equipamentos/aparelhos não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90).

**10.13.** Os bens eventualmente substituídos/trocados terão o mesmo prazo de garantia fixado na proposta comercial da contratada.

**10.14.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**10.15.** Todas as garantias serão acompanhadas pelo gestor do contrato e pelos fiscais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, em especial, quando:

i) deixar de executar parcela do objeto;

ii) executar o objeto de modo defeituoso, ainda que com aproveitamento para a Administração; ou;

iii) deixar de cumprir obrigação acessória prevista no contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato, em especial quando:

i) deixar de dar início à execução do objeto, nos prazos previstos no contrato;

ii) executar o objeto de modo defeituoso, quando não se verificar possibilidade de proveito para a Administração; ou;

iii) paralisar definitivamente a execução do objeto, quando a parcela executada não puder ser aproveitada pela Administração;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado, em especial, quando:

i) atrasar a assinatura de termo aditivo ao contrato;

ii) descumprir prazos ou cronograma previamente estabelecidos, no instrumento convocatório ou no contrato;

e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa, durante a execução do contrato;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- f) praticar ato fraudulento, na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial, quando:
  - i) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - ii) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência: Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato (alínea "a" acima), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, especialmente, nos casos de descumprimentos leves das obrigações de fazer (ex.: falhas pontuais no atendimento à solicitações da fiscalização compatíveis com o contrato).

II - Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h", bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos de natureza operacional ou acessória:

a.1) apresentação de ART/RRT (itens 5.6.4 e 5.7.3.1 do Termo de Referência);

a.2) realização de ajustes, correções ou complementações, atendimento a notificações e prazos definidos pela equipe de recebimento e fiscalização do objeto contratual, incluindo aqueles relativos à garantia do objeto (itens 7.5.3, 7.8.4, 7.9.9, 7.9.10, 7.11.7, 8.6.3, 12.6, 12.11, 13.2, 13.3, todos do Termo de Referência), sem prejuízo da aplicação em outros itens eventualmente não mencionados aqui);

b) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos considerados estruturantes da execução contratual, tais como:

b.1) apresentação do Projeto Executivo (item 5.6.1 do Termo de Referência);

b.2) entrega do objeto principal (item 5.13 do Termo de Referência);

b.3) entrega de documentos técnicos (item 5.9.2 e 12.4.1.2 do Termo de Referência);

b.4) entrega técnica (item 7.10.2 do Termo de Referência);

b.5) treinamento operacional (item 7.10.2 do Termo de Referência).

c) Compensatória, de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, limitada a 5% (cinco por cento), para descumprimento das obrigações relacionadas à assistência técnica e garantia do objeto, especialmente quanto ao item 12.4.1 do Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de regularização.

d) Compensatória, de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução parcial do contrato (alínea "a").





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

e) Compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "b" e "d".

f) Compensatória, de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h".

g) Compensatória, de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato (alínea "c").

**12.3.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

**12.4.** A conversão prevista no parágrafo anterior será analisada, no caso concreto, após o prazo de 60 (sessenta) dias de atraso, podendo a Administração promover a extinção unilateral do contrato, ressalvada a hipótese de manutenção da avença prevista no item 14.5 do Termo de Referência. Caso a Administração opte pela extinção e não tenha havido a entrega do objeto, restará configurada a inexecução total do contrato (alínea 'c' do item 14.1 do Termo de Referência), sujeitando a contratada à respectiva sanção compensatória.

**12.5.** Na hipótese de o limite máximo de atraso, citado no item anterior, ser atingido, e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

**12.6.** Para fins de aplicação das penalidades, considerando a natureza indivisível do objeto, as multas incidirão sobre o valor global do contrato, não sendo possível a individualização por parcelas ou etapas.

**12.7. Disposições gerais sobre as sanções**

**12.7.1.** A aplicação das sanções previstas neste contrato, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

**12.7.2.** Todas as sanções previstas no contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.7.3.** Antes da aplicação das sanções de **multa**, será facultada a defesa prévia da concessionária, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.4.** Antes da aplicação das sanções de **impedimento e declaração de inidoneidade**, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos moldes da NP 01.08 deste PJES.

**12.7.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante à contratada e a diferença não for paga voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor será inscrito em Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

**12.7.6.** Na aplicação das sanções, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para a concedente; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

**12.7.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

**12.7.8.** Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**12.7.9.** Quando o contratado der causa à inexecução total do contrato, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.7.10.** Quando o contratado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

**12.7.11.** Quando o contratado praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

**12.8. Das circunstâncias agravantes**

**12.8.1.** As sanções previstas nas alíneas "a" a "h" serão agravadas, em 10% (dez por cento), nos respectivos prazos, para cada circunstância agravante, até os limites de 3 (três) anos, para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e, de 6 (seis) anos, para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8.2.** São circunstâncias agravantes:

I - comprovação de conduta dolosa;

II - existência de fato, documento ou circunstância particular, que agrave a penalidade;

III - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade aplicada à empresa, nos últimos 12 (doze) meses;

IV - quando o impacto da conduta do contratado atingir mais de 30% dos itens do contrato;

V - quando o contratado, deliberadamente, não responder às notificações destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

VI - quando a conduta contribuir para a extinção do contrato;

VII - quando a conduta concorrer para atraso na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias; ou;

VIII - quando a empresa não possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

**12.8.3.** Quando a ação ou omissão do contratado ensejar o enquadramento da conduta em infrações distintas, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave. No entanto:

I - Não se aplica a regra prevista, se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

II - O disposto não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

**12.9. Das circunstâncias atenuantes**

**12.9.1.** Nas hipóteses previstas nas alíneas "b" a "h", a sanção-base será reduzida em 5% (cinco por cento), para cada circunstância atenuante, até o limite mínimo de um mês para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e de 3 (três) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**12.9.1.** São circunstâncias atenuantes:

I - inexistência de registro de penalidade aplicada à contratada, nos últimos 12 (doze) meses, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exceto advertência;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

II - reconhecimento da importância da preservação da empresa e de sua relevante função social;

III - a manutenção do emprego dos trabalhadores da contratada.

IV - quando o impacto da conduta da contratada atingir 30% (trinta por cento) ou menos dos itens da licitação ou contrato;

V - quando a empresa colaborar para resolução ou mitigação do problema, apresentar justificativas ou, ainda, responder às comunicações realizadas pela administração; ou;

VI - quando a empresa possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS E TELEMETRIA**

**13.1.** A Contratada obriga-se a transferir ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, de forma irrestrita e definitiva, no ato da entrega técnica do veículo, a gestão, o controle e a **titularidade de todos os dados de telemetria, rastreamento e GPS** gerados pelo ônibus.

**13.1.1.** É terminantemente proibido à Contratada, bem como à montadora, manter acesso remoto, rastrear ou coletar dados de deslocamento da unidade móvel após o recebimento definitivo sem a prévia e expressa autorização do Tribunal.

**13.1.2.** Durante a entrega técnica, a Contratada deverá repassar ao TJES todas as credenciais de administrador dos equipamentos de TI e rede instalados, garantindo que não haja senhas padrão de fábrica ativas nem acessos remotos (backdoors) configurados sem a prévia e formal autorização da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1** - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14.2** - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**14.3** - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**14.4** - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.4.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.4.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.2.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.5.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**14.5.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.5.3** - Indenizações e multas.

**14.6** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1** - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de Fonte de Recursos de Operação de Crédito, firmado entre o Estado do Espírito Santo / Poder Judiciário e o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, por meio do Programa de Modernização do Poder Judiciário, tendo por dados:

- **Programa de Trabalho:** 10.03.101.02.061.0023.2078
- **Fonte de Recursos:** 754 – Recursos de Operações de Crédito
- **Detalhamento da Fonte:** 000115 - BID - PROMOJUES
- **Natureza da Despesa:** 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
- **Plano Orçamentário:** 003310 – PROMOJUES

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

**17.1** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

**17.4** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente extrato do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário de Justiça Eletrônico e no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**19.1** - Fica eleito o foro de Vitória/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**19.2** - E por estarem justos e convencionados, assinam o presente.

Vitória/ES, data e hora da última assinatura eletrônica.

\_\_\_\_\_  
**ANSELMO LAGHI LARANJA**

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo  
(CONTRATANTE)

\_\_\_\_\_  
(CONTRATADA)

**ANEXOS I E II - TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL DE LICITAÇÃO**

**Ambos os documentos estarão disponíveis em um único link a ser gerado quando da juntada da versão definitiva do contrato.**

**ADENDO I ao CONTRATO – POLÍTICA DO BANCO (BID) SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**

**Práticas Proibidas**

1.1 O Banco exige que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras e Agências Contratantes, bem como, todas as empresas, entidades ou indivíduos que estejam atuando como proponentes ou participando de atividades financiadas pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores de bens e concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), aderem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco<sup>1</sup> qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação e durante a negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas; (v) práticas obstrutivas e (vi) apropriação indébita. O Banco estabeleceu mecanismos para denunciar suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também tem adotado procedimentos de sanções para julgar casos. Além disso,



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

o Banco firmou com outras Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) um acordo de reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.

**(a)** O Banco define, para os fins desta disposição, os seguintes termos:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

(v) Uma prática obstrutiva é:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;

(ii) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de revelar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para uma investigação do Grupo BID ou ao seu prosseguimento; ou

(iii) atos que visem impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos no parágrafo 1.16 (f) abaixo ou seus direitos de acesso à informação; e

(vi) uma apropriação indébita consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

**(b)** Se o Banco determinar que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita) envolvidos em uma Prática Proibida, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma recomendação de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços correlatos financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um funcionário, agente ou representante do Mutuário, da Agência Executora ou Agência Contratante se envolveu em Prática Proibida;

(iii) declarar a Aquisição Viciada (Misprocurement) e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento da parte do empréstimo ou da doação destinada a um contrato, quando houver evidências de que o representante do Mutuário ou do Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, fornecer a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;

(iv) emitir uma advertência à empresa, entidade ou indivíduo através de uma carta formal de censura por sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou indivíduo é inelegível, permanentemente ou por um prazo determinado, para: (i) receber ou participar em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) ser designado<sup>2</sup> como subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo Banco;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes, encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas sob as circunstâncias, incluindo a imposição de multas que representem o reembolso do Banco pelos custos associados às investigações e procedimentos. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções mencionadas acima.

**(c)** As disposições dos incisos (i) e (ii) do subparágrafo 1.16(b) serão aplicadas, também, quando tais partes tiverem sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, enquanto aguardam a decisão definitiva de um processo de sanção ou de qualquer outra resolução.

**(d)** A imposição de qualquer ação a ser tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima mencionadas, será pública.

**(e)** Além disso, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratante (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), podem estar sujeitos a sanções baseadas nos acordos que o Banco possa ter com outras IFIs em relação ao reconhecimento mútuo de decisões de exclusão. Para fins deste parágrafo, o termo "sanção" incluirá qualquer exclusão, condições sobre futuras contratações ou qualquer ação divulgada publicamente em resposta a uma violação da estrutura aplicável de uma IFI para tratar de alegações de Práticas Proibidas

**(f)** O Banco exige que seja incluída uma disposição nos documentos de licitação e nos contratos financiados com um empréstimo ou doação do Banco, exigindo que os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários permitam que o Banco inspecione todas e quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e execução de contrato bem como que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco. No âmbito desta política, os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários devem prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco terá também o direito de requerer que, nos contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam quaisquer documentos necessários à investigação de alegações de Práticas Proibidas; e assegurem que funcionários ou agentes dos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às questões dos funcionários do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor relacionado com a investigação devidamente designado. Caso o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário se recusem a cooperar e/ou descumpram o exigido pelo Banco ou obstruam de qualquer forma, a investigação, o Banco, a seu critério exclusivo, pode tomar as medidas apropriadas contra o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.

**(g)** O Banco exigirá que, quando um Mutuário adquire bens, obras ou serviços que não os de consultoria diretamente de uma agência especializada de acordo com o parágrafo 3.10 no âmbito de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, todas as disposições do parágrafo 1.16 referentes a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), ou quaisquer outras entidades que assinaram contratos com tal agência especializada para fornecer tais bens, obras ou serviços que não os de consultoria relacionados com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco mantém o direito de exigir que o Mutuário invoque recursos tais como suspensão ou extinção. As agências especializadas deverão consultar a lista do Banco de empresas e indivíduos suspensos ou excluídos. No caso de uma agência especializada assinar um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou com um indivíduo suspenso ou excluído pelo Banco, o Banco não financiará as despesas relacionadas e aplicará outras medidas conforme apropriado.

**1.2** Com a concordância específica do Banco, além da Lista do Banco de Empresas e Indivíduos Sancionados, o Mutuário pode introduzir, nos formulários da Oferta para contratos financiados pelo Banco, um compromisso do licitante de observar, ao concorrer e executar um contrato, as leis e o sistema de sanções do país contra práticas proibidas (incluindo suborno) e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, relacionados a práticas proibidas, se aplicável, conforme listado nos documentos de licitação<sup>3</sup>. O Banco aceitará a introdução de tal compromisso a pedido do país Mutuário, desde que as disposições que regem tal requisito sejam satisfatórias para o Banco.

Notas de rodapé:

1. No website do Banco ([www.iadb.org/integridad](http://www.iadb.org/integridad)), são encontradas informações sobre como denunciar supostas alegações de Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção, e o acordo que rege o reconhecimento mútuo de decisões de exclusão entre as Instituições Financeiras Internacionais.

2. Um subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços nomeado (nomes diferentes podem ser utilizados dependendo do documento de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e know-how específicos e cruciais que permitem ao licitante atender às exigências de qualificação para a licitação em questão; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

3. Por exemplo, tal compromisso pode ser redigido da seguinte forma: “Comprometemo-nos, no decorrer do processo licitatório (e durante a execução do contrato, caso nos seja adjudicado), a observar estritamente a legislação contra práticas proibidas (inclusive suborno) em vigor no país de [Agência Contratante], e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, conforme essas leis e normas tenham sido incluídas por [Agência Contratante] nos documentos de licitação para este contrato e, sem prejuízo dos procedimentos do Banco para lidar com casos de Práticas Proibidas, aderir às normas administrativas estabelecidas por [autoridade local] para receber e resolver todas as reclamações relativas aos procedimentos de licitação.”

**ADENDO II ao CONTRATO – BID - ELEGIBILIDADE E PAÍSES ELEGÍVEIS**

**Elegibilidade**

**1.8** Os recursos dos empréstimos do Banco somente podem ser utilizados para o pagamento de bens, obras e serviços contratados com empresas ou indivíduos de países-membros do Banco. Ademais, no caso de bens, sua origem deve ser de países-membros do Banco. Os indivíduos ou empresas de outros países serão inelegíveis para participação em contratos a serem financiados no todo ou em parte com empréstimos do Banco. Quaisquer outras condições de participação deverão ser limitadas àquelas que forem essenciais para assegurar a capacidade da empresa para levar a cabo os serviços do contrato em questão.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**1.9** Com relação a qualquer contrato financiado total ou parcialmente por um empréstimo do Banco, é vedado ao Mutuário negar a pré-qualificação ou pós-qualificação a uma empresa por razões não vinculadas à capacidade e disponibilidade dos recursos necessários à boa execução do contrato, assim como desqualificar qualquer licitante por tais razões. Consequentemente, os Mutuários devem efetuar a devida diligência ao determinar a qualificação técnica e financeira dos licitantes para assegurar sua capacidade em relação ao contrato específico.

**1.10** São exceções às regras do parágrafo acima:

(a) as empresas de um país ou os bens nele produzidos poderão ser excluídos se: (i) por meio de lei ou regulamento oficial, o país do Mutuário proibir relações comerciais com tal país, desde que o Banco se convença de que essa exclusão não prejudica a efetiva concorrência para o fornecimento dos bens ou obras necessários, ou (ii) em cumprimento de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o país do Mutuário proibir a importação de bens ou pagamentos a um determinado país, pessoa ou entidade. Se o país do Mutuário proibir pagamentos a uma empresa ou bens específicos em virtude do cumprimento dessa decisão, a empresa poderá ser excluída.

(b) A empresa (incluindo seus acionistas, diretores e pessoal-chave) contratada pelo Mutuário para a prestação de serviços de consultoria para a elaboração ou implementação de um projeto, bem como qualquer de suas afiliadas, será desqualificada do subsequente fornecimento de bens e obras ou serviços (nota de rodapé 3) resultantes daqueles serviços de consultoria para tal preparação ou implementação ou a eles diretamente relacionados. Esta disposição não se aplica às várias empresas (consultores, empreiteiros ou fornecedores de bens) que estejam desempenhando, conjuntamente, as obrigações derivadas de um contrato "chave na mão" ou um contrato de projeto e construção.

(c) Uma empresa (inclusive seus acionistas, diretores executivos e pessoal-chave) que tenha uma relação de negócios, inclusive uma relação de emprego ou outra relação financeira, antes ou durante a execução do contrato, uma relação familiar ou pessoal com um funcionário, consultor, empresa de consultoria do Mutuário ou funcionário do Banco que participe direta ou indiretamente (i) na preparação das especificações técnicas ou atividade equivalente, (ii) no processo de licitação do contrato; ou (iii) na supervisão do contrato, pode ser excluída da adjudicação do contrato, a menos que o conflito derivado dessa relação tenha sido divulgado e resolvido de maneira aceitável para o Banco ao longo do processo de seleção e da execução do contrato.

(d) As empresas estatais do país do Mutuário poderão participar desde que demonstrem que: (i) são jurídica e financeiramente autônomas, (ii) operam sob a égide das leis comerciais e (iii) não são entidades dependentes do Mutuário ou Submutuário.

(e) Qualquer empresa, indivíduo, matriz ou filial ou qualquer forma de organização, constituída ou integrada por qualquer indivíduo designado como parte contratante que o Banco declare inelegível nos termos dos subparágrafos (b)(v) e (e) do parágrafo 1.16 destas Políticas, referentes a Práticas Proibidas (segundo definição constante do parágrafo 1.16), ou que outra instituição financeira internacional declare inelegível e esteja sujeito ao disposto nos acordos celebrados pelo Banco com relação ao reconhecimento recíproco de sanções, será inelegível para a adjudicação de um contrato financiado pelo Banco ou para a obtenção de benefício financeiro ou de qualquer outra natureza oriundo de um contrato financiado pelo Banco, durante o período determinado pelo Banco.

### **Seção III. Países Elegíveis**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Elegibilidade para o Fornecimento de Bens, Construção de Obras e Prestação de Serviços nas aquisições financiados pelo Banco**

**Nota:** As referências ao Banco nesses documentos incluem o BID, o Laboratório do BID e qualquer fundo administrado pelo Banco.

A seguir, são apresentadas 2 opções do item número "1", para que o Usuário escolha a que mais lhe convém, de acordo com a fonte de financiamento. Essa fonte pode ser o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Laboratório de Licitações ou, ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que podem incluir diferentes critérios de elegibilidade para um determinado grupo de países-membros. Quando a última opção é selecionada, os critérios de elegibilidade devem ser mencionados nela:

**1) Países-membros quando a fonte de financiamento é o Banco Interamericano de Desenvolvimento:**

Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, República Dominicana, República Popular da China, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

**Territórios elegíveis**

- (a) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião – por ser Departamentos da França.
- (b) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos Estados Unidos da América
- (c) Aruba - como país constituinte do Reino dos Países Baixos; e Bonaire, Curaçao, Sint Maarten, Sint Eustatius - por serem Departamentos do Reino dos Países Baixos.
- (d) Hong Kong - por ser uma Região Administrativa Especial da República Popular da China

**1) Lista de países quando um Fundo administrado pelo Banco está financiando:**

(Incluir a lista de países)]

**2) Critérios para determinar a nacionalidade e o país de origem dos bens e serviços**

Para determinar: (a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para participar de contratos financiados pelo Banco e (b) o país de origem dos bens e serviços, serão usados os seguintes critérios:

**(A) Nacionalidade**

**(a) Um indivíduo** é considerado nacional de um país-membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- (i) é cidadão de um país-membro; ou
  - (ii) estabeleceu seu domicílio em um país-membro como residente de “boa-fé” e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.
- (b) **Uma empresa** tem a nacionalidade de um país-membro se satisfizer os dois requisitos a seguir:
- (i) está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país-membro do Banco; e
  - (ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de indivíduos ou empresas de países-membros do Banco.

Todos os sócios de uma associação em participação, associação, consórcio ou sociedade (ACS) com responsabilidade conjunta e solidária e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos estabelecidos acima.

#### **(B) Origem dos Bens**

Os bens têm origem em um país-membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país-membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou finalidades de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste em vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para o financiamento se a montagem dos componentes tiver sido feita em um país membro. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

#### **(C) Origem dos Serviços**

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços, conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.